

Austin Rating aponta conflitos entre comunicados do Copom e do BC

Angela Bittencourt | Valor
22/07/2010 10:38

SÃO PAULO - Na esteira da nova Selic, de 10,75% ao ano, a Austin Rating já revisou sua projeção de aumento de Selic para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), de 1º de setembro. A Austin espera agora mais uma alta de 0,50 ponto percentual e reduziu em 1 ponto, para 11,25% a estimativa para o fim do ano.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin, chama atenção para o comunicado do colegiado, por discordar que tenha ocorrido, nas últimas semanas, uma redução dos riscos inflacionários. Em relatório a clientes, o economista afirma que o comunicado do Copom entra em conflito com ao menos dois fatores técnicos que amparam o colegiado na execução de política monetária. Primeiro, os pressupostos e a previsão de inflação apresentados no Relatório Trimestral de Inflação. Segundo, as estimativas de inflação compiladas semanalmente pelo próprio BC junto ao mercado financeiro.

Agostini considera que o Banco Central acertou em continuar elevando a taxa de juros, porém errou ao justificar que houve redução dos riscos inflacionários, sob a pena de ter que rever sua postura ao final deste ano caso uma dose de sorte não esteja ao seu lado. Pois as condições externas continuam um tanto incertas e exigem postura vigilante, como costuma afirmar o próprio colegiado em seus canais de comunicação com o mercado.

O economista-chefe da Austin Rating comenta que no Relatório de Inflação, o BC disponibiliza diversos cenários prospectivos para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período compreendido entre o segundo trimestre de 2010 até o segundo trimestre de 2012 com taxa Selic estável em 10,25% ao ano, que são elaborados a partir de seus modelos econométricos. "No Relatório de Inflação, a projeção central para o IPCA permanece consistentemente acima do centro da meta de inflação que é de 4,5%. Portanto, esse é o primeiro argumento técnico, porém condicionante, que contradiz a argumentação do Copom, considerando o processo de redução de riscos para o cenário inflacionário que se configura desde a última reunião (...)", comenta Agostini.

O segundo fator técnico, porém muito determinante nas decisões do colegiado, diz respeito à compilação das estimativas de inflação para os próximos 12 meses. E elas mantêm-se firme acima da meta central de inflação, que é de 4,5%, desde o início deste ano e inclusive em trajetória ascendente.

"Ao que parece, a autoridade monetária se posicionou de forma errada tecnicamente ao eleger os fatores condicionantes, como, por exemplo, resultados de inflação corrente e estimativas de inflação para o ano-calendário 2010, além dos recentes indicadores sobre nível e atividade (produção e vendas) que arrefeceram nas últimas semanas, para referendar sua decisão unânime", pondera Agostini.

Ele reconhece que, de fato, os indicadores de inflação corrente e menores índices de estimativa de inflação para o ano-calendário 2010 têm sua parcela de importância na execução da política monetária, mas entende que os indicadores sobre nível de atividade com resultados mais moderados nos últimos meses são reflexos do fim das ações de incentivos fiscais e redução da liquidez realizadas tanto pelo Governo Federal como pelo próprio BC.

"Configura-se, portanto, uma acomodação e não processo de reversão ou mudança de patamar. Principalmente porque o segundo semestre do ano, tradicionalmente, é o mais vigoroso tanto em termos de produção e vendas, como ampliação do volume da oferta de crédito e expansão do mercado de trabalho (renda e emprego)".

(Angela Bittencourt | Valor)